

FIA da FEA/USP prestará consultoria na área de tecnologia de informação à Defensoria

A defensora pública-geral do Estado, Cristina Guelfi Gonçalves, assinou, na segunda (16/07), contrato com os diretores presidente e financeiro da Fundação Instituto de Administração (FIA) para estruturação da área de tecnologia de informação e da comunicação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

A FIA é formada por Professores do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEA/USP e tem uma vasta experiência em consultoria de órgãos públicos na área de tecnologia de informação.

O contrato tem prazo de 12 meses para cumprimento de três fases: diagnóstico, proposição de soluções e implantação. Segundo o defensor público Marcelo Novaes, coordenador de tecnologia de informação “esse é o primeiro passo para a informatização e modernização do atendimento da Defensoria”.

Fonte: DPE
19.07.2007

Controladoria declara inidônea empresa apontada pela PF como pivô do esquema de desvio de verbas e fraudes em licitações para obras públicas

A Controladoria-Geral da União (CGU) proibiu ontem a construtora Gautama, pivô da máfia das obras, desbaratada em maio pela Operação Navalha, de fechar novos contratos com o governo federal. A empreiteira foi declarada inidônea pelo ministro-chefe da CGU, Jorge Hage, em decisão publicada no Diário Oficial. O dono da Gautama, Zuleido Soares Veras, um dos presos na operação da Polícia Federal, vinha recentemente enviando correspondências a deputados e vereadores tentando recuperar contratos com o poder público. O desfalque apurado inicialmente, no esquema liderado pela Gautama, é de R\$ 170 milhões. Após análise da defesa apresentada pela Gautama, o ministro concluiu que “restam caracterizadas práticas de atos ilícitos que, além de ter por objetivo frustrar os princípios que regem as licitações e de evidenciar irregularidades cometidas na execução de contratos, atentam contra a necessária idoneidade da referida empresa para estabelecer relações contratuais com a Administração”.

O esquema desmontado pela Polícia Federal consistia no desvio de verbas públicas mediante fraudes em licitações para obras de infra-estrutura em vários Estados. Em alguns casos, elas foram pagas, mas nem sequer saíram do papel. Segundo a PF, a máfia tentaria conseguir obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Uma proposta de criação da CPI da Navalha não avançou na Câmara, por pressão dos governistas.

Fonte: Estado de São Paulo
24.07.2007

Periódicos

- *Revista do IASP, Instituto dos Advogados de São Paulo*. N°. 19, Janeiro/Junho 2007.

Em destaque: Reforma Processual Civil.

- *Jornal Trabalhista Consulex*. N°. 1176, 25 de junho de 2007.

Capa: ‘Aplicação de normas de direito processual comum no processo do trabalho após a reforma do código de processo civil.’.

- *MP MG Jurídico*. N°. 7, out./nov./dez. 2006.

Capa: A reconstrução do dolo na teoria do delito.

- *Prática Jurídica*. N°. 63, 30 de junho de 2007.

Especial: ‘Direito Internacional, terrorismo e garantias fundamentais.’. Por Luiz Flávio Gomes, Léo da Silva Alves e Cândido Furtado Maia Neto.

- *Revista Jurídica Consulex*. N°.251, 30 de junho de 2007. Capa: ‘Aeroportos, as 12 filas do caos.’.